



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Legislativo - Atribuição Técnico em Comunicação Social
Área Imprensa Escrita

Caderno de Prova, Cargo R18, Tipo 001
0000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

PROVA 1 - OBJETIVA

Primeira Parte
Segunda Parte

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 88 questões, numeradas de 1 a 88.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: **A ● C D E**

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PROVA 1 – OBJETIVA**1ª PARTE – LÍNGUA PORTUGUESA**

Atenção: As questões de números 1 a 9 referem-se ao texto que segue.

Ciência e esoterismo

A astrologia é muito mais popular do que a astronomia. Sem dúvida, um número muito maior de pessoas abre um jornal ou uma revista para consultar uma coluna astrológica do que para ler uma coluna sobre astronomia. E a astrologia não está sozinha: numerologia, quiromancia, cartas de tarô, búzios etc. também são extremamente populares.

Como físico, não cabe a mim tentar explicar o porquê dessa irresistível atração pelo que obviamente está além do que chamamos fenômenos naturais. Mas posso ao menos oferecer uma conjectura. O fascínio pelo esotérico vem justamente de seu aspecto pessoal, privado: você paga a um profissional com conhecimento ou “poderes” esotéricos para que ele fale sobre você, sua vida, seus problemas, seu futuro.

Por trás desse fascínio pelo “saber” esotérico encontramos nosso próprio desejo de nos situarmos melhor emocional ou profissionalmente em nossas vidas. Nesse sentido, a atração pelo esoterismo força as pessoas a uma auto-reflexão que pode até ser muito importante como veículo de autoconhecimento. Segundo esse ponto de vista, é nossa própria psique, talvez catalisada mas não controlada por poderes ocultos ou sobrenaturais, que nos ajuda a melhorar nossa existência.

Mas como físico cabe a mim fazer o papel do chato e argumentar contra a crença na existência desses fenômenos no mundo natural. E isso não porque sou “bitolado” ou “inflexível”. Muito pelo contrário, qualquer cientista ficaria imediatamente fascinado pela descoberta de um fenômeno novo, por mais estranho que ele seja. Faz parte de nossa profissão justamente manter a cabeça aberta para o inesperado.

O problema com o esoterismo é que não temos nenhuma prova concreta, científica, de que esses fenômenos realmente ocorrem. As “provas” que foram oferecidas – fotos, depoimentos pessoais, sessões demonstrativas e compilações estatísticas de dados – misteriosamente se recusam a sobreviver quando testadas em laboratório sob o escrutínio do cientista ou após uma análise quantitativa mais detalhada.

(Marcelo Gleiser, **Retalhos cósmicos**)

1. Na perspectiva do autor do texto, as práticas esotéricas
 - (A) deixam de ter valor científico quando há falha ou inconsistência na metodologia adotada para seu acompanhamento.
 - (B) interpretam com naturalidade vários fenômenos físicos cuja mecânica os cientistas não conseguem explicar.
 - (C) desfrutam de grande popularidade porque satisfariam os interesses individuais de quem a elas recorre.
 - (D) fascinam as pessoas em razão de a astronomia ter chegado a um grau de desenvolvimento que a astrologia ainda não conheceu.
 - (E) inviabilizam um maior conhecimento que as pessoas mais crédulas poderiam ter de si mesmas.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. Depreende-se da leitura do texto que, ao contrário das práticas esotéricas, as práticas científicas atêm-se ao limite do campo dos fenômenos naturais.
- II. Não há como negar que a força da nossa psique terá efeito positivo sobre nossa existência se nos submetermos aos poderes da esfera do irracional.
- III. "Poderes", "saber" e "provas" vêm entre aspas porque o autor deseja assinalar a impropriedade do sentido com que elas estão empregadas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II, somente.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) a atração pelo esoterismo força as pessoas a uma auto-reflexão = o fascínio do exótico dirime nas pessoas o desejo de auto-ajuda.
- (B) posso ao menos oferecer uma conjectura = cabe-me tão-somente articular uma tese.
- (C) auto-reflexão (...) como veículo de autoconhecimento = autocontrole que se inclui na autoconsciência.
- (D) sob o escrutínio do cientista = com a aquiescência do especialista.
- (E) talvez catalisada mas não controlada = quem sabe estimulada, mas não administrada.

4. No segundo parágrafo, para dar força ao *aspecto pessoal, privado*, que vê como causa da atração pelo esoterismo, o autor
- se vale de farta adjetivação referida ao termo *esotérico*.
 - emprega reiteradamente pronomes possessivos.
 - se vale de advérbio de modo referido a *profissional*.
 - emprega com ironia o imperativo do verbo *pagar*.
 - emprega reiteradamente, como sujeito, o mesmo pronome pessoal.
-
5. Considerando-se o contexto, nos segmentos sublinhados em *não cabe a mim tentar explicar e cabe a mim fazer o papel do chato*, evidencia-se a ênfase que deseja dar o autor
- à sua condição profissional.
 - à aversão que tem pelo esoterismo.
 - à distinção entre as várias formas de esoterismo.
 - à distinção entre uma tese e uma hipótese.
 - ao seu dever como escritor.
-
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente atendidas na frase:
- A cada vez mais pessoas interessam verificar o que dizem as colunas de astrologia.
 - Não cabem as físicos e aos cientistas em geral explicar fenômenos que não ocorrem na natureza.
 - Se provas houvessem da ocorrência de tais fenômenos, os cientistas ficariam interessados.
 - Nenhuma das supostas “provas” oferecidas até hoje aos cientistas sequer chegou perto de os convencer.
 - Não se submetem às forças estranhas e aos “poderes” esotéricos quem só se deixa orientar pelos métodos científicos.
-
7. Está clara, coerente e correta a redação da seguinte frase:
- Tem-se a impressão que as “provas” dos fenômenos esotéricos provêm muito mais da manipulação dos interessados do que constituem uma verdade científica.
 - O autor do texto tem consciência de que, da perspectiva dos leigos, a atitude do cientista diante do “saber” esotérico é tida como “bitolada” e “inflexível”.
 - Tendo em vista que a prática do esoterismo por vezes leva à auto-reflexão, deve-se ter em conta de que o autoconhecimento aprimora nossa existência.
 - Se tivessem evidências concretas dos fatos esotéricos, qual cientista não hesitaria em analisá-los à luz de uma metodologia comprovada?
 - Os físicos não se deixam seduzir pelo inesperado, ao contrário do que se pensa, pois não encontram grande satisfação em esclarecer as incógnitas?
-
8. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- Como físico, invisto-me com o papel de chato e bato-me pela crença nesses malfadados “poderes” esotéricos.
 - No afã por que melhor nos conheçamos, dispomos, muitas vezes, de crer em esoterismos.
 - Predispostos para ir além dos fenômenos naturais, não titubeamos em acolher as “provas” de fatos esotéricos.
 - As tais “provas”, cujas “evidências” os físicos sempre duvidaram, sucumbem diante de um exame científico.
 - Afora de outros prejuízos que acarreta, a crença no esoterismo demove o incauto para o caminho da ciência e da racionalidade.
-
9. Considere as seguintes afirmações:
- A astrologia é uma prática muito popular.
 - As colunas de jornal sobre astrologia são bastante consultadas.
 - A astronomia não desperta o mesmo interesse que a astrologia.
- Essas afirmações articulam-se numa redação clara, correta e coerente no seguinte período:
- Que a astrologia é uma prática muito popular prova-o o fato de que suas colunas no jornal são bastante consultadas, ao passo que a astronomia não desperta o mesmo interesse.
 - Em razão de a astronomia despertar menor interesse que a astrologia, cujas colunas de jornal são bastante consultadas, esta representa uma prática muito popular.
 - A despeito de a astronomia não despertar o mesmo interesse, são bastante consultadas as colunas de jornal sobre a astrologia, que é uma prática muito popular.
 - São bastante consultadas as colunas de jornal sobre astrologia, conquanto a astronomia não desperte o mesmo interesse, pois aquela é uma prática muito popular.
 - É muito popular a prática da astrologia, não havendo o mesmo interesse pela astronomia, haja vista que são bastante consultadas as colunas de jornal sobre astrologia.

Atenção: As questões de números 10 a 17 referem-se ao texto que segue.

Da incoerência de nossas ações

Não é de espantar, diz um autor antigo, que o acaso tenha tanta força sobre nós, pois por causa dele é que existimos. Quem não orientou sua vida, de um modo geral, em determinado sentido, não pode tampouco dirigir suas ações. Não tendo tido nunca uma linha de conduta, não lhe será possível coordenar e ligar uns aos outros os atos de sua existência. De que serve fazer provisões de tintas se não se sabe que pintar? Ninguém determina do princípio ao fim o caminho que pretende seguir na vida: só nos decidimos por trechos, na medida em que vamos avançando. O arqueiro precisa antes escolher o alvo; só então prepara o arco e a flecha e executa os movimentos necessários; nossas resoluções se perdem porque não temos um objetivo predeterminado. O vento nunca é favorável a quem não tem um porto de chegada previsto. (...)

Nossa maneira habitual de fazer as coisas está em seguir os nossos impulsos instintivos para a direita ou para a esquerda, para cima ou para baixo, segundo as circunstâncias. Só pensamos no que queremos no próprio instante em que o queremos, e mudamos de vontade como muda de cor o camaleão. O que nos propomos em dado momento, mudamos em seguida e voltamos atrás, e tudo não passa de oscilação e inconstância. “Somos conduzidos como títeres que um fio manobra”, afirmou Horácio. Não vamos, somos levados como os objetos que flutuam, ora devagar, ora com violência, segundo o vento.

(Montaigne, *Ensaios*)

10. Nossas ações são incoerentes, segundo Montaigne,

- (A) porque somos produtos do acaso, que impede a constância de nossa vontade.
- (B) porque procedemos como o arqueiro que só se presta ao tiro depois de se decidir quanto ao alvo.
- (C) quando procedemos como o pintor que se provê de tintas sem ter ciência do que irá pintar.
- (D) quando nos afastamos de uma linha de conduta porque decidimos por outra, que nos permite avançar.
- (E) quando reagimos à força do acaso, buscando ventos que favoreçam nossa chegada a um bom porto.

11. Considerando-se o contexto, traduz-se corretamente o sentido de uma expressão ou frase do texto em:

- (A) *Quem não orientou sua vida (...) em determinado sentido* = quem se deixa levar por uma significação da vida pré-estabelecida.
- (B) *ligar uns aos outros os atos de sua existência* = estabelecer uma relação pessoal com cada ação empreendida.
- (C) *na medida em que vamos avançando* = quanto se imponha que avancemos.
- (D) *nos decidimos por trechos* = nossas decisões são paulatinas.
- (E) *seguir os nossos impulsos instintivos* = direcionar a força dos nossos instintos.

12. "Somos conduzidos como títeres que um fio manobra."

Uma nova e correta redação da frase acima, que preserve o sentido original, está em:

- (A) Tal como os títeres que um fio manobra, assim somos conduzidos.
- (B) Somos títeres, tal como os conduzem o fio que os manobra.
- (C) Semelhantes a títeres, conduzem-nos o fio que os manobra.
- (D) Da mesma forma que se conduz os títeres, assim um fio nos manobra.
- (E) Assim como aos títeres se manobram, assim um fio nos conduz.

13. Atente para estas duas frases:

O arqueiro precisa antes escolher o alvo.

O arqueiro determina antes a escolha do alvo.

É correto afirmar, em relação a essas frases, que

- (A) a palavra **alvo** tem idêntica função sintática em ambas.
- (B) em uma delas ocorre o emprego da voz passiva.
- (C) **o alvo** e **a escolha do alvo** são complementos verbais.
- (D) ambas são períodos compostos.
- (E) a palavra **antes** não exerce em ambas a mesma função sintática.

14. O emprego e a grafia de todas as palavras estão corretos na frase:

- (A) Aquele que não descriminar bem suas metas sucumbirá aos tropeços nas pedras de que o acaso tão caprichosamente provém nosso caminho.
- (B) Se não nos atermos com firmeza às nossas próprias convicções, baudados serão os esforços que fizermos para chegarmos a um bom porto.
- (C) As ocorrências fortuitas que nos prejudicam são preferíveis do que aquelas que, por responsabilidade nossa, nos fazem sofrer.
- (D) Sentimos como algo inóquo o eventual sucesso de que desfrutamos sem que a ele tenhamos feito juz por nossos próprios méritos.
- (E) Ninguém deve proclamar-se infenso à força do estino, pois este constitui um inextricável processo que desafia o nosso arbítrio.

15. As palavras *arco* e *arqueiro*

- (A) têm o mesmo radical, mas não constituem um exemplo de derivação.
- (B) têm a mesma desinência, mas não o mesmo radical.
- (C) têm o mesmo prefixo, mas não a mesma desinência.
- (D) exemplificam um caso de derivação, sendo a primeira palavra a primitiva.
- (E) constituem um exemplo de composição por justaposição.

16. Está inteiramente adequada a pontuação do seguinte período:

- (A) No texto, a expressão *porto de chegada*, constitui uma das alegorias, de que se valeu Montaigne, para emprestar mais vivacidade às suas reflexões.
- (B) Há uma grande diferença, lembra-nos Montaigne, entre ir e ser levado: no primeiro caso, o indivíduo é ativo, no segundo, passivo.
- (C) Montaigne, como é de hábito, nos seus ensaios, recorreu a um filósofo clássico, no caso Horácio; a fim de dar força à sua linha de argumentação.
- (D) Quando há incoerência, em nossas ações, a culpa não deve ser imputada ao acaso mas sim, à falta de clareza, na determinação de nossas metas.
- (E) Um dos momentos mais interessantes desse texto, é aquele que valoriza a necessária segmentação do nosso caminho, em trechos bem determinados.

17. Na frase *mudamos de vontade como muda de cor o camaleão*, o autor

- (A) estabelece uma comparação entre seres, sendo a volubilidade o termo comum.
- (B) se vale de duas formas do mesmo verbo para estabelecer uma oposição de sentido entre as ações representadas.
- (C) estabelece uma relação de causa e efeito entre duas ações.
- (D) emprega as palavras *vontade* e *cor* de modo estranho ao seu sentido literal.
- (E) emprega a palavra *como* para acentuar a idéia de uma proporção.

LÍNGUA INGLESA

Instruções: Para responder às questões de números 18 e 19, leia o texto abaixo.

Professional-Client Relationships: Rethinking Confidentiality, Harm, and Journalists' Public Health Duties by Renita Coleman, Louisiana State University; Thomas May, Medical College of Wisconsin

Journalists seldom consider the layers of those affected by their actions; third parties such as families, children, and even people unlucky enough to be in the wrong place at the wrong time. This paper argues for consideration of the broader group, considering a range of options available for doing their duty to inform the public while also minimizing harm to others. Journalists might compare themselves with other professions that have similar roles; anthropologists, for one on such issues as confidentiality and disclosure. A broader lesson is the value of applying different views, theoretical frameworks, and starting points to the ethical issues in any profession.

(**Journal of Mass Media Ethics**, 2002: volume 17.2 Special Issue: Codes of Ethics)

18. No texto, *the broader group* refere-se a

- (A) the anthropologists.
- (B) the public.
- (C) journalists in general.
- (D) third parties.
- (E) other professions.

19. Infere-se do resumo do artigo que

- (A) qualquer relação entre o exercício da profissão de jornalista e a saúde pública é inaceitável.
- (B) o respeito à confidencialidade de suas fontes é o princípio maior que deve reger a ética do jornalista.
- (C) o jornalista deve levar em conta o lado humano ao cumprir o dever de informar o público.
- (D) mesmo um jornalista responsável acabará, inevitavelmente, afetando a saúde de pessoas não envolvidas no evento que estiver cobrindo.
- (E) jornalistas e antropólogos só têm em comum o fato de trabalharem diretamente com o público.

Instruções: Para responder às questões de números 20 a 22, leia o texto abaixo.

E-9.025 Patient Advocacy for Change in Law and Policy

Physicians may participate in individual acts, grassroots activities, or legally permissible collective action to advocate for change, as provided for in the AMA's Principles of Medical Ethics. Whenever engaging in advocacy efforts, physicians ensure that the health of patients is not jeopardized and that patient care is not compromised.

Formal unionization of physicians, and including physicians-in-training, may tie physicians' obligations to the interests of workers who may not share physicians' primary and overriding commitment to patients and the public health. Physicians should not form workplace alliances with those who do not share these ethical priorities.

Strikes and other collective action may reduce access to care, eliminate or delay necessary care, and interfere with continuity of care. Each of these consequences raises ethical concerns. Physicians should refrain from the use of the strike as a bargaining tactic. In rare circumstances, individual or grassroots actions, such as brief limitations of personal availability, may be appropriate as a means of calling attention to needed changes in patient care. Physicians are cautioned that some actions may put them or their organizations at risk of violating antitrust laws. Consultation with legal counsel is advised.

Physicians and physicians-in-training should press for needed reforms through the use of informational campaigns, non-disruptive public demonstrations, lobbying and publicity campaigns, and collective negotiation, or other options that do not jeopardize the health of patients or compromise patient care.

(Adapted from
<http://www.ama-assn.org/ama1/pub/upload/mm/38/a-05ceja.pdf>)

20. A palavra que preenche a lacuna corretamente é

- (A) can.
- (B) must.
- (C) may.
- (D) might.
- (E) could.

21. Um sinônimo para not jeopardized, no texto, é

- (A) not put at risk.
- (B) not delayed.
- (C) limited.
- (D) destroyed.
- (E) reduced.

22. Segundo o texto,

- (A) os médicos devem recorrer à greve sempre que for preciso chamar a atenção para mudanças necessárias na saúde pública.
- (B) uma greve de médicos justifica-se quando busca a solução de problemas éticos na esfera da saúde pública.
- (C) os médicos devem evitar recorrer à greve como tática de negociação.
- (D) todo médico está ciente de que qualquer paralisação poderá ter consequências desastrosas para o atendimento dos pacientes.
- (E) problemas éticos gerados por greve de médicos devem ser resolvidos na justiça.

LÍNGUA ESPANHOLA

Instruções: Para responder às questões de números 23 a 27, utilize o texto abaixo.

El primer concepto de Constitución tuvo lugar en Europa.

Allí, pese a darse la primera Constitución en Francia en 1791, como consecuencia directa de la Revolución Francesa, razones políticas de peso llevaron a restarle fuerza jurídica, pues no se la concebía como obligatoria para los órganos del Estado. Por parte de los gobernantes, en general formas de gobierno monárquicas, su violación no se calificaba como antijurídica. Inglaterra, cuna del constitucionalismo, nunca tuvo Constitución escrita y su legitimación se apoya sobre la soberanía del Parlamento y no en la sumisión de éste a normas jurídicas explicitadas en un texto constitucional. A pesar de fallidos intentos de controlar el Parlamento, debemos conceder que éste se autorregula con estricto respeto por el contenido de las leyes que dicta.

(...) Esta concepción se debilita después de la Primera Guerra Mundial. Tras la Segunda Guerra los Estados Europeos adoptaron, en general, una jurisdicción constitucional que centraliza el control de constitucionalidad de las leyes mediante las Cortes o Consejos constitucionales.

(...) El otro concepto de Constitución nació en los Estados Unidos de Norteamérica. Allí, desde el dictado de la Constitución de 1787, puesta en vigor en 1789, se considera a la Constitución como derecho supremo. Las normas que la integran obligan a los gobernantes a sujetarse a ellas, y son las que les otorgan competencias y a la vez las limitan. Ese concepto de Constitución está sintetizado en lo dicho por el Juez Marshall: "Los poderes del legislativo son definitivos y limitados y para que tales límites no se confundan u olviden se ha escrito la Constitución".

(...) Este concepto de Constitución es el que logró aceptación general; la norma constitucional devino norma jurídica obligatoria para garantizar los derechos, deberes y poderes que mediante ella se aseguran y organizan.

Adaptado de Leonardi de Herbón, H. (2004). "Introducción". In: *Constitución de la Nación Argentina*. Buenos Aires, Eudeba, pp. 20-23.

23. Marque a alternativa em que o fragmento "tras la Segunda Guerra", sublinhado na segunda linha do segundo parágrafo, está corretamente traduzido ao português.

- (A) Apesar da Segunda Guerra
- (B) Por tras da Segunda Guerra
- (C) Durante a Segunda Guerra
- (D) Atrás da Segunda Guerra
- (E) Depois da Segunda Guerra

- | | |
|---|--|
| <p>24. Marque a alternativa em que os números 1791 – 1787 – 1789, sublinhados no texto, estão corretamente escritos em espanhol.</p> <p>(A) mil sietecientos y noventa y un – mil sietecientos y ochenta y siete – mil sietecientos y ochenta y nove</p> <p>(B) mil setecientos noventa y uno – mil setecientos ochenta y siete – mil setecientos ochenta y nueve</p> <p>(C) mil setecientos y nueventa y un – mil setecientos y ochenta y sete – mil setecientos y ochenta y nueve</p> <p>(D) mil sietecientos nueventa y uno – mil sietecientos ochenta y siete – mil sietecientos ochenta y nueve</p> <p>(E) mil setecientos y noventa y un – mil setecientos y ochenta y sete – mil setecientos y ochenta y nueve</p> | <p>27. Marque a alternativa que contém um possível título, escrito em espanhol, para o texto:</p> <p>(A) Francia, Inglaterra y Estados Unidos: tres diferentes modelos de Constitución.</p> <p>(B) Ascensión y caída de los conceptos de Constitución.</p> <p>(C) Modelos constitucionales de Europa y América después de la Segunda Guerra.</p> <p>(D) Revolución Francesa y Segunda Guerra: marcos para los modelos de las Constituciones de Francia, Inglaterra y Estados Unidos.</p> <p>(E) Dos conceptos de Constitución: el francés y el estadounidense.</p> |
| LEGISLAÇÃO | |
| <p>25. Marque a alternativa que contém uma correta interpretação para algo que se diz no primeiro parágrafo do texto.</p> <p>(A) A Inglaterra se apóia na soberania do parlamento para escrever sua Constituição.</p> <p>(B) As normas jurídicas de seu texto constitucional prejudicam a soberania do parlamento inglês.</p> <p>(C) A submissão do texto constitucional às normas jurídicas legitima a Constituição da Inglaterra.</p> <p>(D) O parlamento inglês não se submete às normas jurídicas explicitadas em um texto constitucional.</p> <p>(E) A Inglaterra é o único país do planeta que não possui uma Constituição escrita.</p> | <p>28. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Câmara dos Deputados pode se reunir fora da sua sede, que é a Capital Federal, ou em outro edifício que não o Palácio do Congresso Nacional, local onde funciona regularmente. Para tanto, depende de</p> <p>(A) deliberação da Mesa, <i>ad referendum</i> da maioria absoluta dos Deputados.</p> <p>(B) determinação do Presidente da Casa.</p> <p>(C) determinação do Presidente da República.</p> <p>(D) deliberação do Senado Federal.</p> <p>(E) prévia aprovação da maioria simples dos Deputados.</p> |
| <p>26. Marque a alternativa que interpreta corretamente o fragmento sublinhado no terceiro parágrafo.</p> <p>(A) Os governantes dos Estados Unidos são obrigados, de acordo com a Constituição, a outorgarem e limitarem a competência de suas normas.</p> <p>(B) A Constituição dos Estados Unidos obriga seus governantes a sujeitarem-se a suas competências e limitações.</p> <p>(C) As normas que integram a Constituição norte-americana sujeitam os governantes, outorgam-lhes competências e, ao mesmo tempo, limitam-nas.</p> <p>(D) As competências e limitações da Constituição dos Estados Unidos integram as obrigações de seus governantes.</p> <p>(E) Os governantes norte-americanos submetem as normas que integram a Constituição de seu país a suas competências e limitações.</p> | <p>29. O Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados passará o exercício da Presidência para o Primeiro-Vice-Presidente ou, na ausência deste, ao Segundo-Vice-Presidente, quando tiver que se ausentar da Capital Federal por mais de</p> <p>(A) doze horas.</p> <p>(B) vinte e quatro horas.</p> <p>(C) dezesseis horas.</p> <p>(D) quarenta e oito horas.</p> <p>(E) trinta horas.</p> |
| | <p>30. Para a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados exige requerimento com assinatura de Deputados, na proporção de</p> <p>(A) maioria absoluta.</p> <p>(B) um quinto.</p> <p>(C) um terço.</p> <p>(D) metade.</p> <p>(E) maioria simples.</p> |

- | | |
|---|---|
| <p>31. Nas Sessões Públicas, o Deputado poderá falar no Grande Expediente</p> <p>(A) no máximo três vezes por semestre.</p> <p>(B) em todas as sessões.</p> <p>(C) no máximo três vezes por mês.</p> <p>(D) no máximo uma vez por mês</p> <p>(E) no máximo cinco vezes por semestre</p> | <p>34. Na discussão de proposição incluída na Ordem do Dia, quando mais de um Deputado pedir a palavra, simultaneamente, sobre o mesmo assunto, o Presidente deverá concedê-la na seguinte ordem, observadas as demais exigências regimentais:</p> <p>(A) ao Relator; ao Autor da proposição; ao Autor da emenda; ao Autor de voto em separado; a Deputado favorável à matéria em discussão; a Deputado contrário à matéria em discussão.</p> <p>(B) ao Relator; ao Autor de voto em separado; ao Autor da proposição; ao Autor da emenda; a Deputado favorável à matéria em discussão; a Deputado contrário à matéria em discussão.</p> <p>(C) ao Autor da emenda; ao Autor de voto em separado; ao Relator; ao Autor da proposição; a Deputado contrário à matéria em discussão; a Deputado favorável à matéria em discussão.</p> <p>(D) ao Autor da proposição; ao Relator; ao Autor de voto em separado; ao Autor da emenda; a Deputado contrário à matéria em discussão; a Deputado favorável à matéria em discussão.</p> <p>(E) a Deputado favorável à matéria em discussão; ao Autor de voto em separado; a Deputado contrário à matéria em discussão; ao Autor da proposição; ao Relator; ao Autor da emenda.</p> |
| <p>32. Uma vez arquivada a proposição porque finda a legislatura, ela</p> <p>(A) não poderá ser desarquivada.</p> <p>(B) poderá ser desarquivada mediante requerimento do autor, ou autores, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente.</p> <p>(C) poderá ser desarquivada a qualquer tempo porque se trata de nova legislatura.</p> <p>(D) poderá ser desarquivada mediante requerimento de qualquer Deputado, dentro dos primeiros cento e oitenta dias da primeira sessão legislativa ordinária da legislatura subsequente.</p> <p>(E) poderá ser desarquivada a requerimento de qualquer Deputado no prazo de um ano do início da nova legislatura.</p> | <p>35. Antes de iniciada a Ordem do Dia, o Deputado “A” requer preferência para votação de uma proposição. Como já existem mais de cinco requerimentos de preferência, entendendo que isso pode tumultuar a ordem dos trabalhos, o Presidente</p> <p>(A) limitará os pedidos a cinco, decidindo, por sorteio, quais requerimentos devem ser acolhidos.</p> <p>(B) indeferirá o requerimento do Deputado “A”.</p> <p>(C) indeferirá todos os requerimentos de preferência.</p> <p>(D) verificará, por consulta prévia, se a Câmara admite modificação na Ordem do Dia.</p> <p>(E) permitirá apenas dois pedidos, que serão escolhidos pela Presidência.</p> |
| <p>33. Os projetos de decreto legislativo destinam-se a</p> <p>(A) derrubar veto oposto pelo Presidente da República e promulgar a lei.</p> <p>(B) regulamentar lei sancionada e não regulamentada pelo Presidente da República.</p> <p>(C) regular as matérias de exclusiva competência do Poder Legislativo, sem a sanção do Presidente da República.</p> <p>(D) regular as matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Presidente da República.</p> <p>(E) regular, com eficácia de lei ordinária, matérias da competência privativa da Câmara dos Deputados, de caráter político, processual, legislativo ou administrativo.</p> | <p>36. Embora admitida a tramitação de vários projetos de Código, o Regimento Interno estabelece que não se fará a tramitação simultânea de mais de</p> <p>(A) dois projetos.</p> <p>(B) cinco projetos.</p> <p>(C) três projetos.</p> <p>(D) dez projetos.</p> <p>(E) seis projetos.</p> |

37. Como forma de participação da sociedade civil no processo legislativo o Regimento Interno prevê a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular. Esse projeto, entretanto, deve ser subscrito por, no mínimo:
- (A) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
 - (B) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco Estados, com não menos de três milésimos dos eleitores de cada um deles.
 - (C) um centésimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por dez Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.
 - (D) um décimo do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por doze Estados, com não menos de dois milésimos dos eleitores de cada um deles.
 - (E) metade do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por vinte Estados, com não menos de um milésimo dos eleitores de cada um deles.
-
38. Compete privativamente, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o vice-presidente da República:
- (A) ao Senado Federal.
 - (B) à Câmara dos Deputados.
 - (C) ao Conselho Nacional de Justiça.
 - (D) ao Supremo Tribunal Federal.
 - (E) ao Superior Tribunal de Justiça.
-
39. Em uma eleição Nacional estão abertos os cargos de Senador, Governador, Deputado Federal e Deputado Estadual, sem prejuízo dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República. Jorge conta com vinte e nove anos idade e poderá se candidatar no pleito, optando dentre os seguintes cargos:
- (A) Deputado Estadual e Deputado Federal.
 - (B) Deputado Estadual e Senador.
 - (C) Governador, Deputado Estadual e Deputado Federal.
 - (D) Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador.
 - (E) Governador, Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador e Vice-Presidente.
-
40. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:
- (A) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) aprovar, previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de Presidente e Diretores do Banco Central.
 - (C) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
 - (E) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
-
41. Considere as seguintes afirmativas sobre o Processo Legislativo:
- I. As Leis Delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar autorização ao Congresso Nacional, podendo ser objeto de delegação a matéria reservada à lei complementar.
 - II. A Constituição Federal poderá ser emendada, dentre outras hipóteses, mediante proposta de no mínimo dois terços dos membros da Câmara dos Deputados.
 - III. São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre matéria tributária e orçamentária.
 - IV. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Supremo Tribunal Federal terão início na Câmara dos Deputados.
- De acordo com a Constituição Federal de 1988, está correto o que se afirma APENAS em:
- (A) II, III e IV.
 - (B) I, III e IV.
 - (C) I, II e III.
 - (D) III e IV.
 - (E) I e II.
-
42. A competência para legislar sobre procedimentos em matéria processual é
- (A) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - (B) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
 - (D) privativa da União.
 - (E) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

<p>43. De acordo com a Constituição Federal de 1988 NÃO é privativo de brasileiro nato o cargo</p> <p>(A) de Presidente da Câmara dos Deputados. (B) de Presidente do Superior Tribunal de Justiça. (C) de Ministro do Supremo Tribunal Federal. (D) de Ministro de Estado da Defesa. (E) da carreira diplomática.</p>	<p>46. É assegurado a categoria de trabalhadores domésticos, dentre outros, o direito</p> <p>(A) à licença-paternidade, nos termos fixados em lei. (B) à remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinqüenta por cento à do normal. (C) ao piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho. (D) ao fundo de garantia do tempo de serviço. (E) à remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.</p>
<p>44. O Presidente da República Federativa do Brasil poderá delegar algumas de suas atribuições privativas aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações. Poderá ser objeto de delegação, dentre outras, a seguinte atribuição:</p> <p>(A) extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei. (B) conferir condecorações e distinções honoríficas. (C) conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei. (D) decretar o estado de defesa e o estado de sítio. (E) decretar e executar a intervenção federal.</p>	<p>47. Analise as seguintes assertivas sobre a Comunicação Social.</p> <p>I. O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão e o cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.</p> <p>II. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há pelo menos cinco anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País.</p> <p>III. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal.</p> <p>IV. A não renovação da concessão ou permissão de serviço de radiofusão sonora e de sons e imagens dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.</p>
<p>45. Considere as seguintes afirmativas sobre o Supremo Tribunal Federal:</p> <p>I. A aprovação de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal poderá ser feita de ofício, ou mediante provocação, mediante decisão da maioria simples de seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional.</p> <p>II. A Mesa de Assembléia Legislativa tem legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</p> <p>III. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade, com mandato de dois anos, admitida uma recondução.</p> <p>IV. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente, nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade os membros do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.</p> <p>De acordo com a Constituição Federal de 1988 está correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) II e III. (B) I, II e III. (C) II, III e IV. (D) I, III e IV. (E) I e II.</p>	<p>De acordo com a Constituição Federal de 1988 é correto o que se afirma APENAS em:</p> <p>(A) I e IV. (B) II e III. (C) I, II e III. (D) I, III e IV. (E) II, III e IV.</p>

CONHECIMENTOS GERAIS

48. A partir de 2008, os consumidores brasileiros das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste terão um aumento nas contas de energia elétrica motivado por uma decisão acordada em reunião da Cúpula dos Países do Mercosul, que aconteceu nos dias 18 e 19 de fevereiro deste ano. Essa majoração, agregada ao valor da fatura, se faz necessária, segundo informações veiculadas pelos meios de comunicação, em 14 de março, porque

- (A) o Brasil decidiu isentar o Paraguai do pagamento da correção monetária da dívida da hidrelétrica de Itaipu.
- (B) as linhas de transmissão de Itaipu para as regiões brasileiras citadas deverão ser substituídas.
- (C) o “fator de ajuste” referente ao saldo devedor de US\$ 19 bilhões, calculado em relação à inflação americana, teve variação positiva.
- (D) o governo paraguaio resolveu não mais pagar o valor referente ao “fator de ajuste” alegando que o empréstimo foi contraído pelo Brasil.
- (E) o governo paraguaio entende que é merecedor do mesmo tratamento que o Brasil deu à Bolívia em relação ao gás e ao petróleo.

49. No dia 20 de agosto do ano passado, os jornais de grande circulação publicavam que o “caçula dos 29 partidos brasileiros, registrado oficialmente no Tribunal Superior Eleitoral em março deste ano, o é uma incógnita política que dá suporte ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobretudo na estratégia de aproximação com os evangélicos. A legenda que abriga o vice-presidente, José Alencar, é controlada por religiosos da Igreja Universal, apesar de seus principais líderes negarem essa ligação” (Malu Delgado).

O nome do partido que completa corretamente a lacuna acima é

- (A) Partido Municipalista Renovador Brasileiro.
- (B) Partido dos Aposentados da Nação.
- (C) Partido Humanista da Solidariedade.
- (D) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.
- (E) Partido Republicano Brasileiro.

50. No dia 06 de março deste ano a Agência Reuters confirmava que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva havia escolhido as suas lideranças no Congresso, na Câmara e no Senado. Os políticos indicados pelo presidente eram, respectivamente

- (A) Roseana Sarney (PMDB-MA), José Múcio (PTB-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR).
- (B) Roseana Sarney (PMDB-MA), Antonio Palocci (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR).
- (C) Eduardo Suplicy(PT-SP), José Múcio (PTB-PE) e Romero Jucá (PMDB-RR).
- (D) Eduardo Suplicy(PT-SP), José Múcio (PTB-PE) e Aloízio Mercadante (PT-SP).
- (E) Aloízio Mercadante(PT-SP), Antonio Palocci (PT-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR).

51. Em eleição realizada no dia 01 de março para a presidência do Senado Federal, o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), ele derrotou, por 51 votos a 28 o senador

- (A) José Sarney (PMDB-AM).
- (B) Álvaro Dias (PSDB-PR).
- (C) José Agripino (PFL-RN).
- (D) Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).
- (E) Cristovam Buarque (PDT-DF).

52. Segundo a Folha de S. Paulo (14.03.2007), “uma comissão da Assembléia Constituinte da Bolívia propõe redesenhar o escudo oficial do país”. A comissão quer substituir as folhas de loureiro e de oliva por folhas de

- (A) café.
- (B) coca.
- (C) trigo.
- (D) mate.
- (E) stevea.

53. No final de setembro do ano passado, os deputados americanos aprovaram uma verba de US\$ 1,2 bilhão para combater o fluxo ilegal de imigrantes mexicanos. Com esse dinheiro

- (A) será criada uma força especial de segurança da fronteira.
- (B) serão instalados radares ao longo da fronteira entre os dois países.
- (C) o governo americano construirá uma estrada ao longo de fronteira para a circulação de carros de combate.
- (D) será erguido um muro de 1.226 quilômetros em trechos da fronteira sul dos Estados Unidos.
- (E) será construído, ao longo da fronteira, uma fundação de 10 metros de profundidade para impedir a construção de túneis entre os dois países.

2ª PARTE – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

54. Um dos pilares da obra de Manuel Castells (*A Sociedade em Rede*) está na conclusão de que “a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade: uma sociedade que, portanto, podemos apropriadamente chamar de sociedade em rede, caracterizada pela primazia da
- (A) ação social sobre a morfologia social".
 (B) economia sobre os conceitos de responsabilidade social".
 (C) morfologia social sobre a ação social".
 (D) responsabilidade social sobre a ação social".
 (E) morfologia social sobre a economia".
-
55. Há uma vasta literatura que mostra, segundo Melvin L. De Fleur (*Teorias da Comunicação de Massa*), que “tanto crianças quanto adultos adquirem atitudes, respostas emocionais e novos estilos de conduta por intermédio da mídia, especialmente do cinema e da televisão”. Essa literatura trata da teoria
- (A) da recepção.
 (B) da aprendizagem.
 (C) do espelho.
 (D) do feedback.
 (E) da modelagem.
-
56. O testamento de um empresário da área de comunicação criou uma fundação consubstanciada em três objetivos: “(a) objetivo patriótico de iniciativas e campanhas por São Paulo, pelo Brasil, pela Justiça, pelos nobres ideais, pela cultura e grandeza de nossa Pátria, servindo-se para isso da *A Gazeta*, do seu auditório, da sua rádio e dos recursos do patrimônio com que a doto; (b) objetivo cultural de criar e manter uma Escola de Jornalistas e ensinamentos de Humanidades, particularmente Português, prosa, estilo, literatura, eloquência, História e Filosofia, em cursos de grandes proporções, a começar pelo secundário e finalizar pelo superior; (c) objetivo jornalístico, consistente em assegurar e desenvolver o nome, futuro e prosperidade econômica e prestígio da *A Gazeta*...”. Esse testamento foi deixado por
- (A) Arnon de Mello.
 (B) Assis Chateaubrian.
 (C) Roberto Marinho.
 (D) Cáspér Líbero.
 (E) João Maria Lisboa.
-
57. A hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá foi enunciada por McCombs sob a denominação de
- (A) *agenda setting*.
 (B) *gatekeeper*.
 (C) *media power*.
 (D) *newsworth*.
 (E) *packaging demand*.
-
58. Nos anos 40, Adorno e Horkheimer observaram que os programas radiofônicos, as revistas e as várias formas de arte seguem a mesma racionalidade técnica, o mesmo esquema de organização, o mesmo planejamento administrativo que a fabricação de automóveis em série ou os projetos de urbanismo, onde cada setor de produção é uniformizado e (esses setores) mantêm relações entre si. Essa observação resultou no conceito de
- (A) dominação.
 (B) indústria cultural.
 (C) entropia.
 (D) pragmática.
 (E) globalização
-
59. É aconselhável que o webjornal de uma organização faça o seu registro em um site de busca, para que o interessado tenha acesso às informações veiculadas em suas edições. Existem sites de busca, classificados como *search engines*, que utilizam programas chamados *robot* ou *spiders*, para atualizar as informações que ficam à disposição do internauta. Entre os sites de busca que usam essa forma de trabalho está o
- (A) www.yahoo.com.br.
 (B) www.achei.com.br.
 (C) www.radix.com.br.
 (D) www.miner.com.br.
 (E) www.google.com.br.
-
60. A decisão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (em 21/11/2006) de referendar a liminar concedida pelo ministro Gilmar Mendes na ação cautelar 1.406
- (A) permite a qualquer pessoa o exercício do jornalismo.
 (B) conclui que somente os diplomados em jornalismo podem exercer a profissão.
 (C) determina que o jornalismo possa ser exercido por qualquer brasileiro com curso superior.
 (D) reconhece que o jornalismo é uma profissão técnica e pode ser exercida por concluintes do ensino médio profissionalizante.
 (E) determina o fim do registro profissional do jornalista.
-
61. No dia 13 de maio de 2005, o ex-ministro Luiz Gushiken, em um seminário realizado em São Paulo, enumerou os oito princípios da Comunicação Pública que, segundo ele, foram definidos em conversas com seus assessores e acadêmicos. Um princípio que NÃO deve fazer parte dos que foram elencados pelo ex-ministro é
- (A) O cidadão tem direito à informação, que é base para o exercício da cidadania.
 (B) É dever do Estado de informar.
 (C) Zelar pelo conteúdo opinativo, ideológico e de orientação social.
 (D) A comunicação pública não deve se centrar na promoção pessoal dos agentes públicos.
 (E) Os serviços públicos têm de ser oferecidos com qualidade comunicativa.

62. De acordo com o Art. 11 da Lei nº 5.250, de 09/02/1967, chamada de Lei de Imprensa, "considera-se clandestino o jornal ou outra publicação periódica não registrada nos termos do artigo 9º ou em cujo registro não conste
- o endereço da redação."
 - a data de fundação do periódico."
 - o número do CNPJ."
 - o nome e a qualificação do diretor ou redator e do proprietário."
 - o foro a ser usado em caso de demandas judiciais."
-
63. As penas cominadas por calúnia, injúria ou difamação, previstas nos artigos 20 a 22 da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250, de 09/02/1967), segundo o Art. 23, quando cometidas contra o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, ou Chefes de Estado ou Governo estrangeiros, ou seus representantes diplomáticos
- serão sempre cumpridas em regime fechado.
 - sofrerão aumento de um terço.
 - não são passíveis de apelação em qualquer instância.
 - serão ampliadas com pena pecuniária, além do cárcere.
 - serão cumpridas em Regime Disciplinar Diferenciado.
-
64. Segundo a Lei de Imprensa, "toda pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade pública, que for acusado ou ofendido em publicação feita em jornal ou periódico, ou em transmissão de radiodifusão, ou a cujo respeito os meios de informação e divulgação veicularem fato inverídico ou errôneo, tem direito a resposta ou retificação." No caso de a ofensa ou acusação ter sido cometida por uma emissora de rádio, o direito de resposta consistirá na transmissão da resposta ou retificação escrita do ofendido,
- no horário nobre da emissora ou de uma emissora afiliada à empresa que administra o grupo irradiador.
 - em horário escolhido pela emissora e com direito a réplica, lida por um locutor e aprovada pelo juiz do foro.
 - e por ele lida em horário que satisfaça as suas conveniências de audiência e cobertura.
 - na mesma emissora e no mesmo programa e horário em que foi divulgada a transmissão que lhe deu causa.
 - em quatro horários distintos, separados em intervalos de seis horas e lidos por locutores determinados pelo juiz.
-
65. "A obstrução direta ou indireta à livre divulgação da informação e a aplicação de censura ou autocensura são um delito contra a sociedade." Essa é a íntegra do Art. 5º
- do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.
 - da Constituição da República Federativa do Brasil.
 - do Código de Ética dos Profissionais da Propaganda.
 - da Lei de Imprensa.
 - da Lei de Segurança Nacional.
-
66. No dia 27 de abril de 1983, a revista "Veja" publicava uma informação veiculada originalmente na revista inglesa "New Science" afirmado que o fruto da carne, derivado da fusão da carne do boi e do tomate, batizado com o sugestivo nome de boimate, constituiu-se no mais sensacional "fato científico" de 1.983. Por se tratar de uma brincadeira de 1º de abril do periódico inglês, esse fato é considerado, no meio profissional do jornalismo nacional, como o maior
- chapéu.
 - bigode.
 - fólio.
 - corujada.
 - barriga.
-
67. Em 2002 alguns congressistas resolveram retomar um projeto de lei que considerava abuso de autoridade de magistrados, membros do Ministério Pùblico (MP), de membros do Tribunal de Contas, de autoridades policiais ou administrativas que revelassem ou permitissem, indevidamente, que chegasse ao conhecimento de terceiro ou aos meios de comunicação, fatos ou informações de que tivessem ciência em razão do cargo, e que violassem o sigilo legal, a intimidade, a vida privada, a imagem e a honra das pessoas. Esse projeto ressurgiu logo depois do episódio da busca e apreensão de dinheiro e documentos na empresa Lunus, da qual era acionista uma política de muito prestígio e ficou conhecido como Lei
- do Sigilo.
 - da Mordaça.
 - da Peneira.
 - da Gravata.
 - do Silêncio.
-
68. Respeitadas algumas condições especiais, previstas no texto, a legislação que regulamenta a profissão de jornalista, em seu artigo 14, preconiza que "será passível de trancamento o registro profissional do jornalista que, sem motivo legal, deixar de exercer a profissão por mais de
- 5 (cinco) anos."
 - 3 (três) anos."
 - 2 (dois) anos."
 - 4 (quatro) anos."
 - 1 (um) ano."
-
69. Em 2005, o jornalista Fausto Brites, do "Correio do Estado", foi condenado porque publicou reportagem que atribuía ao governador eleito, André Puccinelli, a responsabilidade do escândalo ocorrido em 1999 na cidade de Campo Grande (quando Puccinelli era prefeito), envolvendo um projeto de reciclagem de lixo. Segundo a decisão da juíza Cíntia Letteriello, baseada na Lei de Imprensa, "emerge cristalinamente do texto a vontade do redator de macular a reputação do querelante [Puccinelli], ao correlacionar a data de um escândalo político com a época em que este era prefeito". André Puccinelli Júnior, filho e advogado do governador eleito, ao comentar o caso declarou que "houve apenas a reação normal de quem teve a honra ofendida". A Justiça de Mato Grosso do Sul condenou o jornalista a dez meses de detenção sob a acusação de
- calúnia.
 - falso-testemunho.
 - injúria.
 - prevaricação.
 - difamação.

70. O *Manual da Redação da Folha de S. Paulo* (2001 – pág. 43) elenca os critérios elementares usados pelo jornal para definir a importância de uma notícia. Entre os seis critérios apontados está a empatia. Por ela, a notícia será mais importante se
- pertencer ao espaço geográfico em que vive o leitor.
 - mais pessoas se identificarem com o personagem ou a situação do seu conteúdo.
 - mais pessoas forem afetadas pelo conteúdo do noticiário veiculado.
 - os aspectos curiosos que ela apresentar forem maiores.
 - o acontecimento for inesperado pela maioria dos leitores.
-
71. Para redigir uma matéria jornalística para um telejornal, o redator deverá levar em consideração que a locução é medida em relação ao número de “toques” que são pronunciados por um locutor em determinado tempo. Segundo Squirra (*Aprender Telejornalismo*, Summus, 1993 – pág. 74), a duração média para a leitura de uma linha de 45 toques é de
- 3,5 segundos.
 - 4,0 segundos.
 - 4,5 segundos.
 - 5,0 segundos.
 - 5,5 segundos.
-
72. Na redação de títulos no jornalismo impresso é comum o redator usar de figuras de estilo para adequar a mensagem ao espaço gráfico. A opção em que o título é uma metonímia é:
- Por que as mulheres não são engraçadas?
 - Relatório de Dirceu menciona dossier.
 - Promotora apura suspeita de golpe em seguradora.
 - Moscou não aprova invasão americana.
 - Balas perdidas ferem mais 4 pessoas no Rio.
-
73. A respeito de seu gênero jornalístico preferido, Fernando Sabino afirmou que trata do “pitoresco ou o irrisório no cotidiano de cada um”. Em relação à forma de abordagem usada, o autor afirmava buscar “apenas recolher da vida diária algo de seu disperso conteúdo humano. Visava ao circunstancial, ao episódico. Nesta perseguição do acidental, quer num flagrante de esquina, quer nas palavras de uma criança ou num incidente doméstico”, dizia tornar-se “simples espectador”. As características referidas por Sabino pertencem
- à crônica.
 - ao comentário.
 - à crítica.
 - ao conto.
 - ao depoimento.
-
74. Os editores com freqüência rejeitam títulos com aliterações porque eles afastam a atenção do leitor do conteúdo. O título que usa esse recurso é:
- Por causa da eleição matou a Conceição.
 - Discussão esquenta aquecimento global.
 - Papa pede pela paz.
 - Lusa é campeã se vencer.
 - Um amor, uma história.
-
75. Para a visita do Papa Bento XVI ao Brasil, vários jornais fizeram matérias sobre a presença do religioso em território brasileiro, identificando-as com um selo gráfico criado para marcar o tema. Esse selo indica que a matéria é
- uma cozinha.
 - uma suíte.
 - um informe publicitário.
 - um *press information*.
 - um *reprint*.
-
76. Em 27 de abril de 2005, a “Veja” publicava, com o título de “O jogador”, a seguinte notícia: “Nagi Nahas – o especulador que explodiu a Bolsa do Rio em 1989 e hoje se dedica a outros negócios – é um apostador nato. No fim de março, perdeu numa noite em Monte-Carlo cerca de 1,5 milhão de Euros no cassino. Isso mesmo, algo como 5 milhões de Reais. Alguns amigos brasileiros foram testemunhas do infortúnio. Audacioso, ele voltou ao pano verde no dia seguinte e recuperou parte dessa dinheirama”. Pelo seu teor, essa matéria deve ser classificada como
- feature*.
 - insight*.
 - press-copy*.
 - affaire journal*.
 - fait divers*.
-
77. Um título NÃO será aprovado pelo editor caso sua construção apresente um pleonasmo. Apresenta esse vício de linguagem o título:
- Escolha do ministro é prerrogativa presidencial.
 - O ministro é da livre escolha pessoal do Presidente.
 - Ministro é técnico do Banco Central do Brasil.
 - Ministro está sendo processado em São Paulo.
 - Novo Ministro da Agricultura é do Paraná.
-
78. *Press-kit* é um serviço da área de comunicação de uma instituição pública ou privada, que consiste em
- um envelope contendo o histórico da instituição e um brinde para o jornalista.
 - um convite para que o jornalista participe de uma entrevista coletiva de interesse da instituição.
 - matérias sobre o lançamento de produto ou evento, redigidas pela assessoria de comunicação, sob a orientação do departamento de relações públicas.
 - um conjunto de informações, textos, ilustrações, fotografias e até amostras do produto entregues à imprensa nos trabalhos de relações públicas e assessoria de imprensa.
 - relação de pautas de interesse da instituição, dados estatísticos e fotografias que orientem a imprensa na redação de matérias.
-
79. A antinotícia é condenável em qualquer tipo de jornalismo. O *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo* dedica considerável espaço para discutir esse assunto. O título que demonstra que a matéria é uma antinotícia é:
- Deputados votam contra a emenda 3.
 - Presidente da Câmara está internado no Incor.
 - Líderes não comparecem ao plenário.
 - Deputada recupera direitos políticos.
 - Comissão de Ética absolve Severino.

80. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em vigor desde 1987, determina que o profissional de jornalismo
- (A) é responsável por toda a informação que divulga, desde que seu trabalho não tenha sofrido alterações.
 - (B) deve defender os interesses nacionais nos campos político, social e econômico, fazendo prevalecer democraticamente o interesse da maioria da sociedade.
 - (C) pode acumular atividades próprias do jornalismo em um órgão de imprensa e em instituição pública ou privada que o tenha contratado como funcionário ou assessor.
 - (D) para resguardar o direito de informação, não deve evitar a divulgação de fatos considerados mórbidos e contrários aos valores humanos.
 - (E) em respeito aos seus leitores, deverá, em qualquer ocasião, identificar as fontes de informação, mesmo que elas não o queiram.
-
81. "Procure dispor as informações do texto em ordem decrescente de importância para que, no caso de qualquer necessidade de corte da matéria, os últimos parágrafos possam ser suprimidos, de preferência". (Manual de Redação e Estilo, pág. 18). Por essa orientação é possível afirmar que o Estado de S. Paulo quer que os seus profissionais dêem preferência à ordenação dos textos segundo o princípio da
- (A) pirâmide normal.
 - (B) cronologia.
 - (C) pirâmide mista.
 - (D) apuração.
 - (E) pirâmide invertida.
-
82. O processo mecânico pelo qual imagens fotográficas são convertidas numa variedade de áreas chapadas é chamado de
- (A) posterização.
 - (B) desvio metamérico.
 - (C) sobreposição de matizes.
 - (D) luminescência.
 - (E) saturação.
-
83. O gênero de jornalismo que está com o conceito correto, segundo a prática jornalística diária, é:
- (A) Análise: faz um resumo crítico de um livro e é sempre assinada.
 - (B) Reportagem: relata a informação de forma objetiva e nunca é assinada.
 - (C) Crítica: contém a avaliação do autor sobre um tema e é sempre assinada.
 - (D) Artigo: omite a opinião do autor e é sempre assinado.
 - (E) Resenha: contém a opinião do autor e nunca é assinada.
-
84. A atualização dos *plug-ins* para melhorar o desempenho da leitura de uma página web, ampliando as possibilidades de leitura de vídeos, sons e filmes pode ser conseguida com a atualização
- (A) da memória ram.
 - (B) do *tableless*.
 - (C) do *modem*.
 - (D) do *browser*.
 - (E) da plataforma.
-
85. Uma notícia será mais completa se conseguir expor os nexos sobre o fato jornalístico. Esses nexos são obtidos, geralmente, por meio de declarações de fontes ou com informações documentais que ofereçam aos leitores as ligações históricas, causais, sociais, estatísticas e culturais a respeito do acontecimento. No meio jornalístico, segundo o *Manual da Redação da Folha de S. Paulo*, esses nexos são
- (A) dados nas contextualizações.
 - (B) garantidos pela objetividade.
 - (C) expressos pela subjetividade.
 - (D) conseguidos com a busca do diferencial.
 - (E) obtidos pelas relações com as fontes.
-
86. Em qualquer meio de comunicação, a função da linguagem jornalística é
- (A) poética.
 - (B) emotiva.
 - (C) fática.
 - (D) metalingüística.
 - (E) referencial.
-
87. Os profissionais do webjornalismo entendem que através dos e-mails ou formulários de pesquisa e opinião, o leitor passa a fazer parte do processo jornalístico na internet. É por esse motivo que os sites jornalísticos mantêm seções de chat, fórum e opinião permitindo que os textos e os pontos de vista dos internautas sejam veiculados. Esse elo entre receptor e codificador é chamado de
- (A) multimidialidade.
 - (B) interatividade.
 - (C) hipertextualidade.
 - (D) personalização.
 - (E) multimemória.
-
88. Consiste na estruturação das informações de sistemas computacionais de forma lógica e na criação de soluções quanto à organização visual destas informações. Envolve a organização do fluxo de informação visando torná-la útil e inteligível. Na Web, envolve também a estruturação do fluxo de navegação de uma página. Une três campos vitais, a tecnologia, o design e produção de texto (jornalismo e redação). Este é o conceito de:
- (A) Usabilidade.
 - (B) Conectividade.
 - (C) Projeto webgráfico.
 - (D) Arquitetura da informação.
 - (E) Suporte de diagramação.